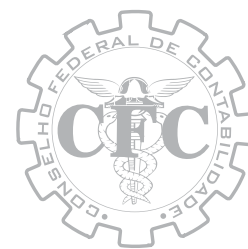


Jornal do CFC

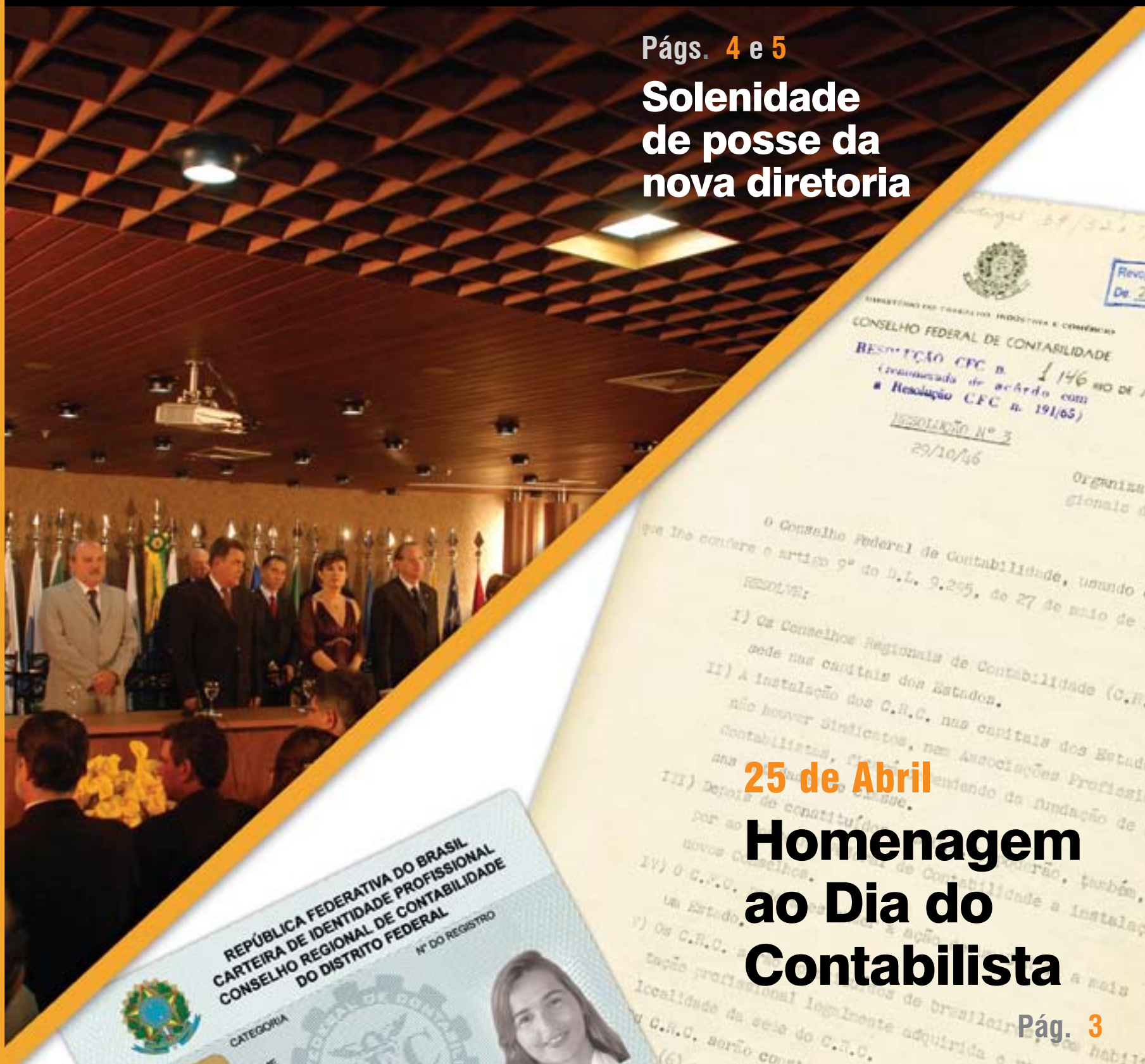
Informativo do Conselho Federal de Contabilidade



Brasília-DF – ano 11 , nº 92 – março/abril de 2008 – distribuição gratuita

Págs. 4 e 5

Solenidade de posse da nova diretoria



25 de Abril

Homenagem ao Dia do Contabilista

Pág. 3

Nesta edição

- 6 Seminários de presidentes e de vices
- 7 Audiência no Senado
- 7 Artigo
- 8 Reunião Cofides

- 8 Presidente recebe Título
- 9 Balanço CRE
- 9 Convênio CFC/CTOC

- 10 Artigo
- 11 Seminário Regional
- 12 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade

Plenário do CFC

Presidente

Contadora Maria Clara Cavalcante Bugarim

Vice-presidentes

Contador Enory Luiz Spinelli
Contadora Luci Melita Vaz
Contador Nelson Mitimasa Jinzenji
Contador Adeildo Osório de Oliveira
Contador José Martonio Alves Coelho
Contador Juarez Domingues Carneiro
Contadora Sílvia Mara Leite Cavalcante

Conselho Consultivo

Ynel Alves de Camargo
Olívio Koliver
Antônio Lopes de Sá
Sérgio Approbato Machado
Antonio Carlos Nasi
José Serafim Abrantes
José Maria Martins Mendes
João Verner Jueneemann
Alcedino Gomes Barbosa
José Martonio Alves Coelho

Conselheiros Efetivos

Contador Adeildo Osório de Oliveira
Contador Enory Luiz Spinelli
Contador Francisco Fernandes de Oliveira
Contador Francisco José dos Santos Alves
Contador João de Oliveira e Silva
Contador José Martonio Alves Coelho
Contador José Wagner Rabelo Mesquita
Contador Juarez Domingues Carneiro
Contadora Jucileide Ferreira Leitão
Contadora Luci Melita Vaz
Contadora Lucilene Florêncio Viana
Contador Luiz Carlos Vaini
Contador Luiz Henrique de Souza
Contadora Maria Clara Cavalcante Bugarim
Contador Nelson Mitimasa Jinzenji
Contador Nelson Zafrá
Contador Sebastião Célio Costa Castro
Contadora Sílvia Mara Leite Cavalcante
Téc. em Contabilidade Bernardo Rodrigues De Souza
Técnico em Contabilidade Grimaldi Gonçalves Dantas
Téc. em Contabilidade José Augusto Costa Sobrinho
Téc. em Contabilidade José Cléber da Silva Fontineles
Téc. em Contabilidade José Lopes Castelo Branco
Téc. em Contabilidade José Odilon Faustino
Téc. em Contabilidade Miguel Ângelo Martins Lara
Técnico em Contabilidade Paulo Luiz Pacheco
Técnico em Contabilidade Pedro Miranda

Conselheiros Suplentes

Contador Amândio Ferreira dos Santos
Contador Antônio Carlos Dóro
Contador Carlos Henrique Menezes Lima
Contador Cláudio Morais Machado
Contador Décio Sarda
Contador Delmiro da Silva Moreira
Contador José Corrêa de Menezes
Contador Luiz Antonio Balaminut
Contador Orismar Parreira Costa
Contador Paulo César de Castro
Contador Pedro Alves
Contador Rivaldo Costa Sarmento
Contador Roberto Carlos Fernandes Dias
Contador Wellington do Carmo Cruz
Contadora Elizabeth Coimbra Lisboa
Contadora Eulália das Neves Ferreira
Contadora Marly das Graças Amorym Tocantins
Contadora Verônica Cunha de Souto Maior
Téc. em Contabilidade Aluizio Pires de Oliveira
Téc. em Contabilidade Gilsandro Costa de Macedo
Téc. em Contabilidade João Valdir Stelzer
Téc. em Contabilidade José Amarísio Freitas de Souza
Téc. em Contabilidade Mário César de Magalhães Mateus
Téc. em Contabilidade Mário Rodrigues de Azevedo
Téc. em Contabilidade Paulo Viana Nunes
Téc. em Contabilidade Ronaldo Marcelo Hella
Téc. em Contabilidade Vivaldo Barbosa Araújo Filho

Editorial

Palavra da Presidente

Maria Clara Cavalcante Bugarim

No meio de tantas e tão diversificadas atribuições do dia-a-dia, o tempo parece escapar ao nosso controle, e lá se foi o primeiro trimestre do ano. Num piscar de olhos, já deparamos com o planejamento da programação alusiva ao nosso Dia 25 de Abril, que precisa (porque merece!) ser comemorado, dignamente, onde quer que tenhamos um Contabilista exercendo sua respeitável Profissão.

A partir de janeiro, cumprida a tradicional agenda das solenidades de posse no Sistema CFC/CRCs, em conformidade com as determinações vigentes e ritos institucionais; feitos os ajustes administrativos, a efetiva “chegada” dos novos dirigentes aos seus respectivos cargos e sua adaptação aos postos de trabalho; realizado o Seminário destinado a sintonizar os dirigentes com o “pensamento estratégico” da Gestão 2008/2009 – sem prejuízo das ações permanentes de Registro e Fiscalização, dos projetos e programas de longo curso e, naturalmente, das rotinas administrativas –, foram sendo desenvolvidas ações importantes, que evidenciam o largo alcance do Conselho Federal de Contabilidade.

Como exemplo, veja-se a matéria sobre a participação do CFC em audiência pública no Senado. O CFC foi convidado a participar do debate para instruir o projeto de lei nº. 658/07, de autoria do senador Inácio Arruda (PC do B/CE), que reforma a Lei que regulamenta a profissão de economista. O CFC foi enfático em defender as prerrogativas profissionais do contabilista brasileiro.

Outro ponto que merece destaque é sobre o Cofides, que alocou recursos no seu orçamento de 2008 para a realização de um CURSO DE CONTABILIDADE INTERNACIONAL, dirigido a professores de todos os estados para que eles possam multiplicar tal conhecimento em suas regiões. A propósito, louve-se também a iniciativa do Fundo de Integração e Desenvolvimento da Profissão Contábil em prol da fiscalização preventiva em todo o Sistema CFC/CRCs. É o aporte de recursos dos Conselhos Regionais maiores em favor das entidades co-irmãs menores, bem como a disposição de repassar experiências bem-sucedidas – como é o caso das visitas dos chefes de Fiscalização –, que permitem o desejável “nivelamento por cima”. Sem essa visão, jamais teríamos um sistema integrado, em cuja força e união repousa a grandeza da

Classe Contábil Brasileira.

Ao mesmo tempo em que busca promover o crescimento da sua Instituição enquanto unidade nacional, o CFC está sintonizado com as necessidades das nações amigas, em diversos estágios de desenvolvimento do seu “fazer contábil”. Nesse sentido, em parceria com o CTOC (em Portugal, equivale ao nosso CFC), estamos tocando o projeto “Gestão do Conhecimento Aplicada à Contabilidade para os Países de Língua Portuguesa – Experiências do Brasil e Portugal” no PROLATINO. A experiência é enriquecedora, não só quanto aos aspectos técnico-científicos envolvidos, mas, igualmente, na permuta de saber cultural.

Ao passo que alerta e capacita o profissional contábil brasileiro, para fazer face às demandas do seu mercado de trabalho, em nível nacional e internacional – a exemplo das recentes exigências introduzidas na Lei das Sociedades Anônimas –, o CFC está atento à premente necessidade de melhorar a Contabilidade Pública do nosso país. Para tanto, as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público vêm sendo objeto de especial atenção do grupo Assessor instituído pelo CFC. As dez primeiras minutas resultantes desse trabalho passaram por audiência pública e agora estão sendo debatidas em seminários regionais, realizados nos estados, e serão concluídas em um seminário nacional previsto para acontecer em outubro.

Um grupo de trabalho específico para esse fim cuida de sua atualização e ampla divulgação, além de mantermos efetiva parceria com destacados órgãos do Governo Federal, igualmente interessados na modernização da Contabilidade.

Nunca é demais lembrar que 2008 é um ano importantíssimo para nós contabilistas. Teremos, em agosto próximo, o 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade, para o qual o convido amigavelmente; convoco-o formalmente ou – se o caro leitor preferir – estou desafiando-o a vir juntar-se ao esforço do Sistema CFC/CRCs na obtenção de mais um grande êxito na história deste Evento Magno da Classe Contábil Brasileira.



Iderlon Calassiano

Expediente

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE
SAS - QUADRA 5 - BLOCO J - Ed. CFC
CEP 70070-920 - BRASÍLIA-DF
TEL: (61) 3314-9600 - FAX: (61) 3314-9514
www.cfc.org.br - cfc@cfc.org.br

Permitida a reprodução de qualquer matéria, desde que citada a fonte.

Jornal do CFC

Ano 11 - Nº 92 - março/abril 2008
EDIÇÃO/JORNALISTA RESPONSÁVEL: Fabrício Santos – DF 2887JP
REDAÇÃO: Fabrício Santos e Marietela Girotto
PROJETO GRÁFICO: Marcus Hermeto
DIAGRAMAÇÃO: Marcus Hermeto
REVISÃO: Maria do Carmo Nóbrega e Patrício Noronha
COLABORAÇÃO: Rosângela Bekman e Hellen Loures
TEL: (61) 3314-9513
comsocial@cfc.org.br
Tiragem: 75.000 exemplares



Acesse o site www.repec.org.br
e conheça a Revista de Educação
e Pesquisa em Contabilidade

25 de abril, Dia do Contabilista

Registrar, quantificar, projetar, analisar, avaliar, orientar, produzir. Esses são alguns verbos associados diretamente à prática da profissão contábil. Os profissionais da área – contadores e técnicos em contabilidade – encontram hoje um amplo leque de atividades no mercado de trabalho, sintoma de uma profissão que está em franca ascensão. Assesores, analistas, auditores, peritos, consultores, professores, enfim, contabilistas com diferentes designações têm muitos motivos para comemorar a data.

Homenageando os 400 mil profissionais registrados nos 27 Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs) do Brasil, o Conselho Federal de Contabilidade lembra, a seguir, alguns pontos marcantes, dignos de orgulho para a classe, e decisivos para que a profissão se tornasse, hoje, um mecanismo de transparência indispensável às sociedades democráticas.

Lei de Regência

Com a publicação do Decreto-Lei nº 9.295, em 27 de maio de 1946, foram criados os Conselhos Federal (CFC) e Regionais (CRCs) de Contabilidade, e a profissão ganhou regulamento próprio, instituindo-se o princípio básico de que tudo o que envolve a matéria contábil constitui prerrogativa privativa dos contabilistas. A regulamentação trazida pelo Decreto-Lei nº 9.295/46 passou por algumas alterações, ao longo dos anos, como as implementadas pelos Decretos-Leis nº 9.710, de 3 de setembro de 1946, e nº 1.040, de 21 de outubro de 1969.

Com o desenvolvimento da profissão e a modernização das relações da classe contábil com a sociedade, contadores, técnicos em contabilidade e empresários da área passaram a pleitear a modernização da principal legislação profissional. Assim, no dia 22 de maio de 2006, foi assinada a portaria CFC no 44, instituindo uma comissão nacional para reformular o Decreto-Lei nº 9.295/46. Esse processo já envolveu audiências

públicas nos estados e em nível nacional, para colher sugestões da classe. O anteprojeto de lei deverá ser remetido à Câmara dos Deputados nos próximos meses.

Marco legal

No dia 28 de dezembro de 2007, houve a publicação da Lei nº 11.638, após sete anos de tramitação no Congresso Nacional. Essa lei altera e revoga, entre outros, dispositivos da Lei nº 6.404/76, especialmente no que se refere aos aspectos contábeis tratados pela Lei das Sociedades por Ações; da Lei nº 6.385/76; e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

Conquista importante para a contabilidade brasileira, a Lei torna possível a adoção do padrão contábil internacional pelo Brasil. Organismos reguladores do mercado, como a Comissão de Valores Mobiliários (CVM); do setor bancário, como o Banco Central; e outros órgãos governamentais, como a Receita Federal, tomaram iniciativas visando à aplicação da Lei nº 11.638. O Conselho Federal de Contabilidade e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) também estão participando ativamente da mobilização em torno da Lei.

Nova Carteira

O novo documento representa um marco de inovação tecnológica para a profissão contábil. Lançada em setembro de 2007, a Carteira de Identidade Profissional é fabricada em cartão rígido, possuindo um dos mais modernos e avançados sistemas de segurança antifraudes, além de conter um chip criptográfico – dispositivo que possibilita a inserção do Certificado Digital.

Ao solicitar a Carteira, o contabilista recebe um ano de certificação digital grátis, resultado da parceria do CFC com a AC Fenacon Certisign. Com o documento, os profissionais podem ter várias facilidades em suas rotinas, como o acesso aos serviços eletrônicos do governo, tornando o dia-a-dia de trabalho mais ágil e dinâmico.

O Patrono

O contador pernambucano João de Lyra Tavares, senador da República de 1915 a 1930 (ano em que morreu), é o patrono dos contabilistas. Ele foi o fundador do Instituto de Guarda-Livros de Pernambuco e presidente do Conselho Perpétuo dos Contabilistas Brasileiros. Em 1926, durante um discurso, ele afirmou: “Trabalhem, pois, bem unidos, tão convencidos de nosso triunfo, que desde já consideramos 25 de abril o Dia do Contabilista Brasileiro”. A partir de então, essa data passou a ser comemorada pela classe. Muitos municípios, inclusive, instituíram a data por meio de lei.

O Conselho Federal de Contabilidade, em homenagem ao patrono da classe, instituiu, em 1976, por ocasião do cinquentenário do Dia do Contabilista, a Medalha do Mérito Contábil João Lyra. A honraria máxima da profissão destina-se a condecorar aqueles que se destacaram – no campo

das atividades científicas, educacionais, culturais, administrativas e profissionais relacionadas com a contabilidade – e contribuíram para a valorização da classe. A entrega da medalha é feita a cada quatro anos, quando da realização do Congresso Brasileiro de Contabilidade. Em agosto deste ano, em Gramado (RS), será realizada a 18ª edição do maior evento brasileiro da área, e mais um contabilista ilustre será laureado.



O senador João Lyra Tavares

Divulgação



Miguel Mello

Autoridades da área contábil, deputados e senadores participaram da solenidade de posse

Nova diretoria toma posse em solenidade

Mais de 300 pessoas compareceram à solenidade de posse da nova diretoria do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) para o biênio 2008/2009, no dia 20 de fevereiro, no auditório do CFC, em Brasília. Contabilistas, deputados, senadores, dirigentes de entidades e de sindicatos da classe contábil, presidentes e vice-presidentes dos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs), conselheiros e ex-presidentes do CFC, entre outras autoridades representativas de instituições nacionais e internacionais convidadas, assistiram à cerimônia em que a contadora alagoana assumiu o segundo mandato consecutivo à frente do CFC, para o qual foi eleita com votação unânime do Plenário da instituição, em 4 de janeiro de 2008.

A presidente assinou o termo de posse e recebeu o certificado das mãos do conselheiro José Wagner Rabelo Mesquita, que, entre os conselheiros do CFC, possui o registro mais antigo. Em seguida, os membros do Plenário (um terço dos conselheiros efetivos, suplentes e com mandato complementar - 2008/2011), que foram eleitos em novembro de 2007 e iniciaram mandato este ano, fizeram o juramento e receberam o certificado de posse. A entrega foi feita pela presidente Maria Clara.

“Nenhum receio me inquieta”

Em discurso, ao fazer o retrospecto dos principais trabalhos realizados durante a primeira

gestão – 2006/2007 –, Maria Clara Cavalcante Bugarim afirmou que, ao longo desses dois anos, o receio inicial que sentia – “pela responsabilidade que pesava sobre os meus ombros ao representar os anseios de quase 140 mil mulheres brasileiras e um universo de 400 mil profissionais naquela conquista” – foi substituído pela autoconfiança e tranquilidade conquistadas a cada feito.

A presidente destacou projetos que tiveram início na sua primeira gestão e que deverão ser concluídos em

2008, como a edição do livro alusivo aos 60 anos dos Conselhos de Contabilidade. Ela citou também o processo de “reforma” da Lei de Regência da profissão contábil (Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946), que passou por várias audiências públicas em todo



Miguel Mello

O auditório do CFC ficou lotado

Diretoria – biênio 2008/2009

Contadora Maria Clara Cavalcante Bugarim

Presidente

Contador Enory Luiz Spinelli

Vice-Presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina

Contadora Luci Melita Vaz

Vice-presidente de Registro

Contador Nelson Mitimasa Jinzenji

Vice-presidente Técnico

Contador Adeildo Osório de Oliveira

Vice-presidente de Controle Interno

Contador José Martonio Alves Coelho

Vice-presidente de Desenvolvimento Profissional

Contador Juarez Domingues Carneiro

Vice-presidente de Desenvolvimento Operacional

Contadora Silvia Mara Leite Cavalcante

Vice-presidente de Administração

Técnico em Contabilidade José Odilon Faustino

Coordenador-adjunto da Câmara de Fiscalização, Ética e Disciplina

Contador Sebastião Célio Costa Castro

Coordenador-adjunto da Câmara de Registro

Técnico em Contabilidade Bernardo Rodrigues de Sousa

Representante dos Técnicos em Contabilidade no Conselho Diretor

Novos conselheiros

Conselheiros Efetivos

Francisco José dos Santos Alves
João de Oliveira e Silva
Nelson Mitimasa Jinzenji
Lucilene Florêncio Viana
Luiz Henrique de Souza
Francisco Fernandes de Oliveira

Miguel Ângelo Martins Lara
José Odilon Faustino
José Cléber da Silva Fonteneles

Conselheiros Suplentes

Paulo César de Castro
Roberto Carlos Fernandes Dias

Verônica Cunha de Souto Maior
José Correia de Menezes
Elizabeth Coimbra Lisboa Gonçalves
Vivaldo Barbosa Araújo Filho
Pedro Alves
Mário César de Magalhães Mateus
José Amarísio Freitas de Sousa

Mandato Complementar de 1º/1/2008 a 31/12/2011

Conselheiros Suplentes

Gilsandro Costa de Macedo
Décio Sarda
Luiz Antonio Balamint



Miguel Mello

Maria Clara discursando durante a solenidade

o Brasil e originou uma minuta de projeto de lei, a ser apresentada à Câmara dos Deputados este ano.

“Na análise dos feitos da gestão que ora damos continuidade, um ponto de inestimável ganho institucional foi obtido pela aproximação da classe contábil brasileira com importantes órgãos governamentais”, ressaltou ela, mencionando a parceria do CFC com o Ministério da Fazenda. Por meio dessa parceria, o CFC e a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) realizaram, em novembro de 2007, o I Seminário Internacional de Contabilidade Pública, em Brasília, que contou com participantes de 13 países e mais de mil pessoas.

Além disso, a presidente destacou a presença do Brasil no exterior, que vem sendo feita, em caráter sistemático, por meio da parceria do CFC com entidades representativas da contabilidade internacional, como Ifac, Iasb, AIC e Cilea. Esse trabalho tem sido de grande importância para o processo de convergência das normas contábeis brasileiras ao padrão internacional.

Outras parcerias também renderam grandes frutos aos contabilistas nos últimos anos. Um exemplo destacado por Maria Clara é o Programa Contabilizando o Sucesso, realizado nos Estados por meio de convênio do CFC com o Sebrae Nacional. Esse projeto está em fase de expansão e passou, em 2007, a ter a configuração de rede.

Em nível internacional, a presidente ressaltou a parceria com a Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas de Portugal (CTOC), cujo presidente, António Domingues de Azevedo, participou da cerimônia de posse. As representações do CFC no cenário externo também têm sido possíveis graças a trabalhos realizados em con-

junto com a International Federation of Accountants (Ifac), International Accounting Standards Board (Iasb), Associação Interamericana de Contabilidade (AIC) e Comitê de Integração Latino Europa-América (Cilea).

Após destacar outros pontos fortes da primeira gestão, a presidente reeleita do CFC afirmou que, de agora em diante, essas referências ao mandato anterior devem ocorrer apenas como ponto de partida para novas conquistas. “A pauta da gestão 2008/2009 está recheada de objetivos a cumprir e de idéias e intenções a serem elaboradas para oportuna consecução”, acrescentou, assegurando prioridade absoluta ao registro e à fiscalização do exercício da profissão contábil. Segundo Maria Clara, a fiscalização deverá permanecer com ênfase no caráter preventivo, “o que implica a manutenção das Normas Brasileiras de Contabilidade sempre atualizadas e bem divulgadas”.

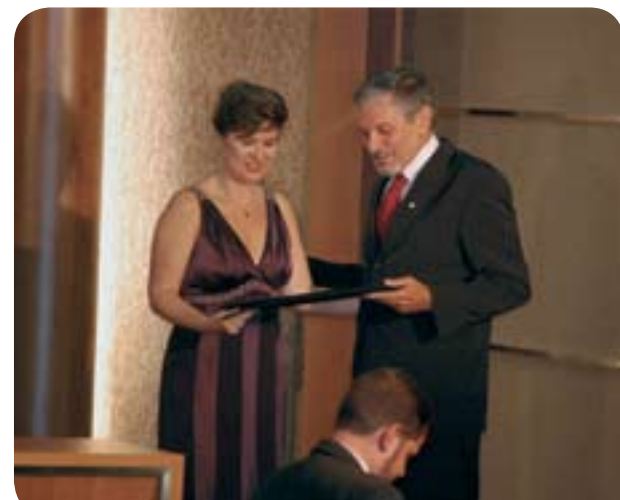
Evidência

O presidente da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon), Valdir Pietrobon,

destacou em seu discurso o momento de grande evidência pelo qual passa a profissão contábil, em nível nacional, atualmente. Após parabenizar a presidente Maria Clara, ele lembrou uma série de feitos obtidos pela Fenacon, CFC e outras entidades contábeis nos últimos anos.

O deputado federal Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP) falou, na solenidade, representando todos os parlamentares presentes. Contabilista de formação, ele concordou com Valdir Pietrobon sobre o importante momento para a contabilidade brasileira. Na opinião do parlamentar, a classe contábil tem a força e a competência necessárias para ajudar o Brasil: “Para passar o Brasil a limpo só fazendo balanço, e quem sabe fazer balanço é o contabilista”.

Além de Arnaldo Faria de Sá, estiveram presentes os deputados federais Edinho Bez (PMDB/SC), Carlos Alberto Canuto (PMDB/AL), Raquel Teixeira (PSDB/GO), Manoel Alves da Silva Júnior (PSB/PB), João Campos (PSDB/GO) e Lelo Coimbra (PMDB/ES); o deputado distrital Izalci Lucas, secretário de Ciência e Tecnologia do Distrito Federal; e os senadores Magno Malta (PR/ES) e Arthur Virgílio (PSDB/AM).



Miguel Mello

A presidente recebeu o diploma das mãos do conselheiro José Wagner Rabelo Mesquita



Miguel Mello

A presidente Maria Clara e os ex-presidentes José Martonio Alves Coelho, Alcedino Barbosa, José Serafim Abrantes e José Maria Martins Mendes

Seminário de Reflexão Estratégica do Sistema

Realizado nos dias 28 e 29 de fevereiro em Brasília (DF), o seminário de reflexão estratégica do Sistema CFC/CRCs reuniu os presidentes dos Conselhos Regionais de Contabilidade. Durante os dois dias do seminário, os presidentes apresentaram estratégias para os próximos dez anos do Sistema.

Ao planejarem as diretrizes do sistema, os presidentes nortearam as ações a serem executadas na próxima década. Para o presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Amazonas, contador Julio Ramon Marchiore Teixeira, o seminário representou um ganho importantíssimo para o Sistema. “O ganho principal é o alinhamento em âmbito nacional.

Uma vez definidas estratégias, é mais fácil planejar e realizar ações em conjunto. O exercício de pensar o futuro é sempre bom para que possamos refletir o nosso papel e onde queremos chegar”, comenta.

Um dos objetivos do seminário é o de fortalecer, a longo prazo, o trabalho realizado dentro do Sistema, a fim de evitar que, a cada mudança na gestão, não ocorra ruptura nos serviços prestados aos contabilistas e à sociedade. Em 2008, serão criados indicadores, a partir dos objetivos, para que se possam mensurar as ações do Sistema. A previsão é que até o fim do ano o modelo esteja pronto e em execução por todos os Conselhos.



A presidente Maria Clara falou na abertura do Seminário

Miguel Mello

Vice-presidentes dos CRCs discutem projetos de trabalho

Os vice-presidentes de Controle Interno, de Fiscalização, de Registro, de Desenvolvimento Profissional, de Desenvolvimento Operacional e de Administração dos 27 Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs) do País participaram, no dia 20 de fevereiro, no CFC, em Brasília, de seminários específicos das áreas. De forma comum, um dos objetivos principais desses eventos foi reunir os gestores, neste início de mandato, para compartilhar as diretrizes que compõem o planejamento estratégico do Sistema CFC/CRCs. “É muito importante reafirmarmos o compromisso com a nossa visão sistêmica”, afirmou a presidente do CFC, Maria Clara Cavalcante Bugarim.

Além dessa finalidade, cada Seminário contou com pauta de assuntos específicos, envolvendo os principais projetos e programas que constam nos planos de trabalho das vice-presidências. Os eventos foram coordenados pelos respectivos vice-presidentes do CFC Adeildo Osório de Oliveira (Controle Interno), Enory Luiz Spinelli (Fiscalização, Ética e Disciplina), Luci Melita Vaz (Registro), Martonio Alves Coelho (Desenvolvimento Profissional), Silvia Mara Leite Cavalcante (Administração) e Juarez

Domingues Carneiro (Desenvolvimento Operacional).

Adeildo Osório de Oliveira lembrou que o Seminário de **Controle Interno** surgiu de uma reivindicação apresentada no evento de 2007, realizado também no CFC. “Os vice-presidentes fizeram, no ano passado, a ‘Carta de Brasília’, documento que registrou a importância para o Sistema, no início da gestão, de se reunir os presidentes dos CRCs e os vices de Controle Interno”, afirmou o vice-presidente. Segundo ele, esse evento teve o objetivo fundamental de preparar os gestores para as vertentes que devem ser seguidas, buscando-se evitar desvios de conduta na administração.

O vice-presidente de **Fiscalização, Ética e Disciplina**, Enory Luiz Spinelli, afirmou que a fiscalização é seqüencial, contínua e permanente. “Esse trabalho tem início, mas não tem meio nem fim”, disse ele. A interação entre o Sistema CFC/CRCs, os profissionais contábeis e o mercado, por meio da tecnologia, foi defendida pelo vice-presidente. “Essa interação, de nossa parte, demanda a normatização da profissão – quais ações nós temos que ter sobre a fiscalização? – por outro lado, precisamos entender as inovações e as necessidades atuais

são demandadas aos profissionais e ao Sistema”, analisa Spinelli.

A criação da Vice-presidência de **Registro** – pela Resolução nº 1.065/05 e instalação a partir de janeiro de 2006 – foi abordada pela presidente Maria Clara como um passo muito importante para o Sistema. A atual vice-presidente de Registro do CFC, Luci Melita Vaz, afirmou que o Seminário foi muito importante porque trouxe o *feedback* dos CRCs, principalmente sobre os pontos que os Regionais consideram mais relevantes. Para ela, se o CFC não tiver esse retorno, os projetos desenvolvidos podem ficar comprometidos.

No Seminário de **Desenvolvimento Profissional**, o vice-presidente do CFC, José Martonio Alves Coelho, apresentou aos vices dos Regionais o plano de trabalho do Conselho Federal. São ações que envolvem o apoio do CFC à realização de palestras, cursos e eventos promovidos pelos Conselhos Regionais; representação em eventos nacionais e internacionais; e o desenvolvimento de programas como o de Educação Continuada, o Contabilizando o Sucesso e o Excelência na Contabilidade, entre outros. O vice-presidente destacou que a área possui ligação estreita com a de Fiscalização, uma vez que a

Educação Continuada é uma forma de fiscalização preventiva, pois envolve diretamente a conduta ética.

No Seminário das Vice-Presidências de **Administração** e de **Desenvolvimento Operacional**, realizado conjuntamente, a vice-presidente Silvia Mara Leite Cavalcante (Administração) fez uma apresentação sobre o Projeto de Responsabilidade Socioambiental desenvolvido pelo CFC e expôs os projetos de 2008. Ela citou os trabalhos que visam à formação de uma Comissão de Análise de Orçamento e Execução Orçamentária, para análise de contas públicas da União; a execução do projeto de neutralização de CO₂; e o auxílio a instituições carentes, nas áreas de gestão administrativa e de prestação de contas, entre outros.

Já o vice-presidente Juarez Domingues Carneiro (Desenvolvimento Operacional) falou a respeito do modelo utilizado pelo CFC para a elaboração do Balanço Social, um instrumento de responsabilidade social. Esse modelo será levado aos Regionais por meio de um treinamento, com o objetivo de disseminar a implantação do Balanço Social nas empresas e estimular a incorporação da responsabilidade socioambiental no Sistema CFC/CRCs.

Audiência pública no Senado

O vice-presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina do CFC, Enory Luiz Spinelli, participou, no dia 2 de abril, de audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado. O CFC foi convidado a participar do debate para instruir o Projeto de Lei n.º 658/07, de autoria do senador Inácio Arruda (PCdoB/CE), que reforma a lei que regulamenta a profissão de economista (n.º 1.411/51). Também foram convidados o Conselho Federal de Administração e a Ordem dos Advogados do Brasil, mas essas instituições não enviaram representantes.

O relator da matéria, senador Expedito Júnior (PR/RO), apresentou relatório expondo preocupação com determinados pontos do projeto, que conflitam com atribuições de outras profissões regulamentadas, citando a área contábil. O presidente do Conselho Federal de Economia (Cofecon), Pedro Calmon Pepeu Garcia Vieira Santana, e o presidente da Ordem dos Economistas do Brasil (OEB), Francisco da Silva Coelho, fizeram a defesa do projeto de



O vice-presidente de Fiscalização do CFC, Enory Luiz Spinelli; o presidente do Cofecon, Pedro Calmon Santana; a presidente da CAS, senadora Patrícia Saboya; e o presidente da OEB, Francisco Coelho.

lei, ressaltando que a profissão possui regulamentação antiga (de 1951) e necessita de modernização para adequar-se aos dias atuais de mercado.

Em seguida, o vice-presidente Enory Luiz Spinelli deixou claro que o CFC não é contra o projeto de lei dos economistas. “Entretanto, como muito bem se posicionou o senador relator Expedito Júnior, há pontos conflitantes com as prerrogativas

dos contadores e que precisam ser respeitados, como, por exemplo, qual o conceito do termo financeiro e de Demonstrações Financeiras? Essas questões não podem ser tratadas como sendo somente de efeitos econômicos; a matéria merece uma maior reflexão dada a sua subjetividade”, ressaltou Spinelli.

O vice-presidente informou que a prerrogativa e a responsabilidade de elaborar as demonstrações contábeis são dos profissionais da contabilidade. Essas demonstrações são também conhecidas por demonstrações financeiras, conforme previsto na Lei n.º 6.404/76 e suas alterações, inclusive a Lei n.º 11.638/07. “Além das demons-

trações financeiras, a Demonstração do Fluxo de Caixa e o Demonstrativo do Valor Agregado são de origem contábil, por isso são atribuições do contador”, acrescentou Spinelli.

O vice-presidente afirmou que a transparência das informações contábeis deve estar diretamente ligada à contabilidade. “A cultura da profissão ampliou-se e, hoje, a contabilidade não pode ser somente vista como uma técnica para atender a burocracia fiscal, mas, sim, como a fonte de informação do mundo dos negócios, das Demonstrações Contábeis, que passam a credibilidade ao mercado de capitais e acionistas”, afirmou o vice-presidente do CFC.

Após as exposições, os senadores da Comissão de Assuntos Sociais, incluindo-se Rosalba Ciarlini (DEM/RN), Cristóvão Buarque (PDT/DF) e José Nery (PSOL/PA), concordaram que o projeto de lei necessita ser reexaminado e instruído por novas audiências públicas antes de uma decisão.

Artigo: Visão dinâmica e contabilidade

Prof. Dr. Antônio Lopes de Sá

Os imensos recursos que hoje oferecem as doutrinas da Contabilidade permitem uma visão competente para orientar administrações, investidores, autoridades fiscais e judiciárias, em suma, tantos quantos necessitem entender sobre a “dinâmica dos capitais”.

Tal foi o progresso ocorrido que é impossível a quem não possua uma formação cultural específica interpretar a linguagem das demonstrações contábeis e até mesmo entender o que ela possa oferecer como recurso intelectual.

A visão antiga, de que apenas guardar memória dos fatos e comprová-los era o bastante, ficou já há muito tempo superada no tempo. Entender o que se memoriza, reconhecer que existem fenômenos específicos a serem estudados relativos ao movimento do patrimônio, foi uma percepção que há mais de dois milênios e meio já estava despertada no Oriente e entre pensadores da antiga Grécia.

Afirmou o grande pensador Aristóteles (384 a.C. - 322 a.C.) que havia uma ciência que cuidava da riqueza dos indivíduos e que essa não era a Economia, mas, sim, um conhecimen-

to distinto (obra *A Política*). Na antiga Índia, Kautylya, em seu famoso “Arthashastra” (300 a.C.), já evidenciava conhecimentos da área contábil e os tratava como algo específico.

Consultores contábeis, ao longo do tempo, manifestaram suas opiniões e foi um deles, famoso em sua época, o precursor da construção de uma disciplinada forma de entender os registros. Refiro-me a Ângelo Pietra, que em 1586 empreendeu o passo decisivo para a edificação científica da Contabilidade, produzindo conceitos básicos.

A partir das formações conceituais surgiram as Teorias, inicialmente de natureza limitada à “forma”, mas, depois, no século XIX, objetivando a “essência”, ou seja, o “patrimônio”.

A partir dos estudos que se realizaram posteriormente (já nos fins do século XVIII), a Contabilidade foi finalmente consagrada como ciência (1836) pela mais famosa entidade intelectual do mundo de seu tempo, a Academia de Ciências da França (a mesma que, entre outras, abrigou as teses de Lavoisier, pai da Química Moderna, e de Pasteur, pai da Microbiologia).

Há, pois, cerca de dois séculos que a Contabilidade foi reconhecida como

conhecimento específico de ordem superior, competente para acompanhar a dinâmica da riqueza e interpretá-la com segurança.

Os estudos avançados do século XX elevaram todo o acervo do passado a um patamar expressivo e a mais moderna corrente científica, o Neopatrimonialismo Contábil, acolheu e produziu em sua doutrina um expressivo número de modelos de comportamento dinâmico da riqueza dos empreendimentos (sobre os mesmos sugiro consulta à minha obra *A Moderna Análise de Balanço ao Alcance de Todos*, Editora Juruá).

Os referidos modelos sustentam hoje o “Axioma” da “Prosperidade”, ou seja, o grande objetivo de tornar a riqueza útil de forma constante.

Tão específico tornou-se tal conhecimento que só especialistas com boa formação cultural conseguem exercê-lo em nível de análise, perícia, auditoria, custos, planejamento, controle e consultoria.

Nos países desenvolvidos e em muitos “emergentes”, em suas economias, os contadores são imprescindíveis no assessoramento dos negócios e da gestão, não apenas como “informantes”, mas, especialmente, como “consultores”.

Em minha longa carreira profissional tive ocasião de presenciar sucesso e fracasso de empresas, de acordo com a qualidade do conhecimento contábil a elas oferecido e por elas utilizado.

O mau uso do conhecimento especializado ou a ausência dele tem sido responsável por um sem-número de fracassos nos empreendimentos; tal fato, entendo, responsabiliza duplamente – ao usuário e ao profissional. Ou seja, os que deixam de recorrer aos especialistas, e os especialistas que não sabem socorrer são, ambos, os grandes responsáveis pela maioria dos fracassos no mundo dos negócios.



Divulgação

Cofides aprova orçamento de 2008

No dia 27 de março, reuniu-se na sede do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) o Comitê Gestor do Fundo de Integração e Desenvolvimento da Profissão Contábil (Cofides). Constatou-se a apreciação da ata da reunião anterior, prestação das contas de 2007 e do orçamento para o exercício de 2008. “Além dos assuntos pautados, a reunião foi importante para discutir com os presidentes dos projetos e as ações direcionadas ao plano de trabalho para 2008”, afirmou a presidente do CFC, Maria Clara Cavalcante Bugarim – responsável também pela presidência do Cofides.

O Fides é um fundo financeiro voltado integralmente para o custeio de projetos de interesse da profissão contábil. Atualmente, são participantes efetivos do Fundo o CFC e os Conselhos Regionais de Contabilidade de maior arrecadação: Distrito Federal, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

Participaram da reunião o presidente do CRCDF, Gerardo Antônio Monteiro de Paiva Gama; do CRCMG, Paulo Cezar Consentino dos Santos; do CRCSC, Sérgio Faraco; e do CRCSP, Sérgio Prado de Mello. Ainda, representando, respectivamente, o CRCPR, CRCRJ e CRCRS, participaram Mauro Luís Moreschi, João Figueira e Ana Tércia Lopes Rodrigues. Estiveram presentes também os diretores de Conselhos Regionais.

Os recursos do Fides são voltados para todas as instituições que compõem o Sistema CFC/CRCs – o Conselho Federal e os 27 Conselhos Regionais. Ao longo dos anos, essa contribuição tem sido destinada, principalmente, aos Conselhos de menor porte, no apoio às ações de fiscalização e de orientação ao exercício profissional.

O vice-presidente de Fiscalização do CFC, Enery Luiz Spinelli, efetuou a prestação de contas dos projetos já realizados e dos resultados positivos obtidos nesse trabalho, principalmente, quanto à uniformidade de procedimentos e às ações da fiscalização nos Regionais. Ainda, o vice-presidente apresentou os novos projetos para 2008, acompanhados dos respectivos orçamentos. Esse material será desenvolvido pelo CFC e encaminhado a todos os CRCs, que farão a distribuição às organizações contábeis de cada estado.

Plano para 2008

No plano de trabalho de fiscalização, que foi aprovado pelos membros do Cofides para execução em 2008, constam a atualização e reedição do fôlder de Fiscalização Preventiva e a confecção e impressão de cartilha sobre Escrituração Contábil para as empresas optantes do Simples Nacional, destinadas à conscientização dos escritórios de contabilidade.



Reunião dos membros do Cofides no plenário do CFC

Divulgação

Outro projeto aprovado prevê a realização de visitas dos chefes de Fiscalização dos CRCs de menor arrecadação aos Conselhos Regionais participantes do Fides. A finalidade é propiciar o contato dos fiscais com a Fiscalização dos Conselhos de maior porte. O intercâmbio visa aprimorar os procedimentos e a metodologia das rotinas da fiscalização ostensiva e preventiva no exercício profissional frente a um período de grandes mudanças.

O Comitê Gestor também avaliou e aprovou a destinação de recursos para a proposta, apresentada pela presidente Maria Clara Cavalcante Bugarim, de realização do curso de Contabilidade Internacional, a ser desenvolvido em duas turmas (maio e julho próximos), nas dependências do CFC. Esse curso

tem a finalidade de contribuir para a capacitação de professores de Contabilidade na área internacional e atender o que dispõe a Lei n.º 11.638/07.

Noventa professores passarão pelo curso e, posteriormente, irão multiplicar o conhecimento em seus estados.

Após aprovação da ata, das contas de 2007, do orçamento para 2008 e dos novos projetos apresentados, a presidente Maria Clara encerrou a reunião enfatizando a relevância do trabalho que vem sendo desenvolvido pela fiscalização do CFC, em sintonia com os Conselhos de maior porte, por meio do qual tem havido troca de experiências e aprimoramento da qualificação da fiscalização, tanto em relação aos projetos de fiscalização preventiva como ostensiva.

Maria Clara recebe título de Cidadã Paraibana



Momento da outorga do título de Cidadã Paraibana

Divulgação

Parlamentares e profissionais da contabilidade participaram da cerimônia solene do título de cidadã paraibana concedido à presidente do Conselho Federal de Contabilidade, contadora Maria Clara Cavalcante Bugarim, no último dia 12 de março, no Plenário Deputado José Mariz, Assembléia Legislativa do estado da Paraíba.

No seu discurso, Maria Clara mencionou a importância da comenda e citou grandes profissionais paraibanos que deixaram seu nome na história do CRC e do CFC, assim como os grandes vultos literários, artistas plásticos e políticos nascidos naquela região. “Sinto-me honrada em receber tamanha homenagem”, afirmou.

No ato solene compuseram a

mesa os deputados Bui Fernandes e Expedito Pereira, representando o deputado Lindolfo Pires; o deputado Rodrigo Soares – autor da propositura; o contador Edson Franco de Moraes – presidente do CRCPB; Gilmar Martins Carvalho Santiago – contador Geral do Estado; Francisco José Pordeus de Souza, representando o conselheiro Arnóbio Alves Viana – presidente do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba; Grimaldi Gonçalves Dantas – procurador Adjunto do Município de João Pessoa, representando o Prefeito da cidade de João Pessoa, Ricardo Coutinho e Carlos Gomes Guedes Gondim, representando os funcionários homenageados da Assembléia Legislativa.

CRE apresenta balanço de 2007

O Comitê Administrador do Programa de Revisão Externa de Qualidade (CRE) terminou mais um exercício de trabalho. Durante o ano de 2007 foram indicadas 76 pessoas jurídicas e 25 pessoas físicas para revisão pelos pares; deste total, 20 pessoas – 9 físicas e 11 jurídicas – não atenderam ao programa. Em tais casos, por meio de sua Coordenação, o CRE comunica a CVM e envia ao Conselho Fed-

eral de Contabilidade (CFC), para a devida apuração e penalização, os nomes e dados destas pessoas, para as devidas providências.

O CRE foi criado em 2001 pela Resolução CFC n.º 910/2001; em sua composição encontram-se quatro membros do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e quatro do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), sendo coordenado pelo contador Adeildo Osório de

Oliveira, representante do CFC. Entre outros objetivos, os trabalhos desenvolvidos pelo CRE visam assegurar ao mercado de capitais que os serviços de auditoria independente tenham o máximo de confiabilidade.

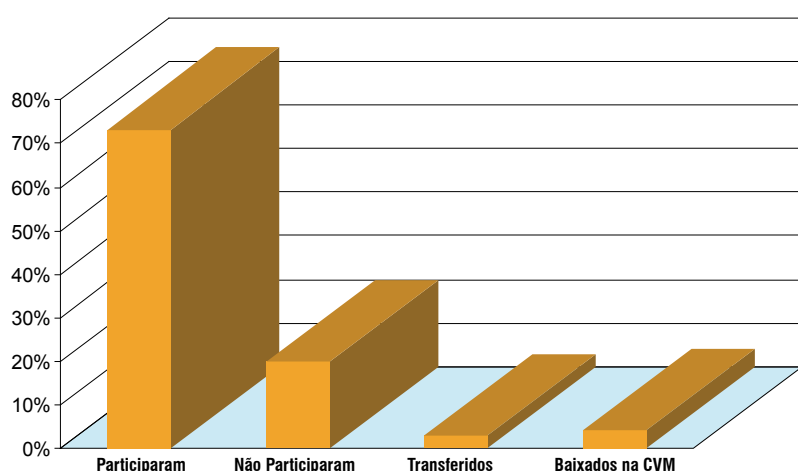
Desde a sua criação, várias resoluções foram editadas com o sentido de aprimorar o seu mecanismo de controle. Neste sentido, a última edição foi a Resolução CFC n.º 1.091, de março de 2007. Segundo o seu coordenador, contador Adeildo Oliveira, esta resolução trouxe a imposição de competência para que os auditores revisores tenham a mesma qualificação técnica dos auditores revisados, ou seja, “se auditor-revisado tiver na sua lista de clientes entidades regulamentadas pelo Banco Central do Brasil (BCB) ou pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), os membros da equipe

revisora deverão estar registrados no Cadastro Nacional dos Auditores Independentes (CNAI), com habilitação para auditar as respectivas entidades”.

Foi destacado, ainda, por Adeildo Oliveira que, desde a criação do CRE, 126 auditores independentes pediram baixas do registro na CVM, sendo 66 físicas e 60 jurídicas.

As reuniões do Comitê são acompanhadas por representante da CVM, o que nos últimos anos foi feito pelo analista da Gerência de Normas de Auditoria da CVM, contador Antonio Roberto da Costa Castro.

Quadro geral do programa - 2007



Membros do Comitê de Revisão Externa de Qualidade (CRE)

Divulgação

CFC e CTOC lançarão projeto conjunto no Prolatino



Presidente do CTOC, Antônio Domingues de Azevedo

Divulgação

A presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Maria Clara Cavalcante Bugarim, e o presidente da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (CTOC) de Portugal, Antônio Domingues de Azevedo, vão lançar, durante o Congresso Internacional de Contabilidade do Mundo Latino (Prolatino), a ser realizado nos dias 9 e 10 de maio, em Lisboa (Portugal), o projeto “Gestão do Conhecimento Aplicada à Contabilidade para os Países de Língua Portuguesa – Ex-

periências do Brasil e Portugal”. “Esse é o maior projeto de responsabilidade social, de âmbito internacional, envolvendo uma categoria profissional de dois países”, afirma o vice-presidente de Desenvolvimento Operacional do CFC, Juarez Domingues Carneiro, que participou da elaboração do trabalho. Segundo ele, a idéia desse projeto surgiu no final de 2006, durante a realização de um evento promovido pela CTOC, quando foi constatada a necessidade, por parte de alguns países de Língua Portuguesa, de apoio em relação a vários aspectos da área contábil. “Percebemos que Brasil e Portugal, que têm a Contabilidade mais desenvolvida, poderiam auxiliar os que têm dificuldades”, completou o vice-presidente.

O projeto

O objetivo geral do projeto “Transferência do Conhecimento da Profissão Contábil para os Países de Língua Portuguesa – Experiências do Brasil e Portugal” é conceber um sistema de gestão do conhecimento para organização e capacitação do sistema contábil de países de língua portuguesa.

De modo específico, o projeto pretende promover um pré-diagnóstico para a verificação das necessidades e das possibilidades na área de contabilidade nos países de Língua Portuguesa; capacitar para a utilização e realização de Educação a Distância; incentivar e promover intercâmbio dos profissionais de contabilidade dos países envolvidos no projeto; e desenvolver mecanismos para registro, orientação e fiscalização do exercício da profissão.

O projeto é dividido em quatro grandes áreas de atuação, para o repasse das experiências do Brasil e Portugal, são elas:

- a) Organização Profissional;

- b) Apoio e incentivo ao ensino da graduação e pós-graduação, mestrados e doutorados;
- c) Formação Profissional Continuada;
- d) Responsabilidade Profissional, social e ambiental.

De acordo com o vice-presidente Juarez Domingues Carneiro, o projeto também poderá atuar, numa segunda fase, na preservação da memória das Ciências Contábeis, incentivando o levantamento de acervo cultural da área para a montagem de museus nos países de Língua Portuguesa.



Vice-presidente de Desenvolvimento Operacional Juarez Domingues Carneiro

Divulgação

Mercado de Capitais. Ativos e direitos geram obrigações correspondentes

Contador Charles B. Holland

As companhias brasileiras listadas em bolsas de valores valem hoje mais de R\$2,4 trilhões. Somente em 2007 sessenta e quatro companhias abriram o seu capital, captando no mercado R\$56 bilhões, sendo mais de 60% do exterior. E para finalizar com fecho de ouro, 10% das novas ofertas públicas de ações estão sendo realizadas no Brasil. São todas notícias alvissareiras, no âmbito mundial. Cabe ressaltar que todos os ativos e direitos geram obrigações correspondentes, de igual magnitude.

Para tanto, precisamos melhorar, atualizar e assegurar sempre a manutenção de seriedade de acompanhamento, adoção de boas práticas de governança corporativa e de prestação de contas, para atender às expectativas de todas as partes interessadas.

É necessário destacar o trabalho extraordinário da CVM, xerife incansável e educador exemplar, desde sua instituição em 1976; e da Bovespa, popularizando o mercado de ações e introduzindo o Mercado Novo para companhias abertas, com regras mais rígidas de proteção de interesse das partes interessadas.

Todavia, ambas não podem assumir sozinhas as responsabilidades de um mercado acionário de R\$2,4 trilhões. É essencial que as entidades ligadas ao mercado de capitais, entre elas o CFC e CRCs, IBRACON, ANEFAC, APIMEC, IBGC, IBRI, ABRASCA, AMEC, ANDIB etc., façam mais, chamando para si as melhorias necessárias de atendimento em relação às nossas obrigações. Todas essas entidades podem promover mais cursos educativos para melhorar a capacitação de todos os profissionais ligados ao mercado de capitais, para atender às nossas demandas.

Como conselheiro independente de algumas companhias abertas e atuante no campo técnico em diversas entidades profissionais ligadas ao mercado de capitais, sei que há desafios e deficiências que precisam ser sanadas num futuro próximo para fortalecer o nosso mercado de capitais.

Relato, a seguir, alguns exemplos de melhorias necessárias, sempre acompanhadas dos benefícios a serem obtidos.

Auditoria independente incipiente no País. Temos no Brasil em torno de 1 auditor independente para 18 mil habitantes. Nos mercados de-

envolvidos, há, em média, cerca de 1 auditor independente para cada 3 mil habitantes. Inúmeros países desenvolvidos têm 1 auditor independente para cada mil habitantes. Parece que fugimos da prestação de contas como o diabo foge da cruz. No Brasil, para fugir das obrigações de prestações de contas claras e transparentes, é permitido pela Receita Federal fazer recolhimentos de impostos sobre a renda com base no lucro “presumido”, para empresas com faturamento anual até R\$48 milhões, ou fazer apurações de forma simplificada, sem auxílio de registros contábeis, para empresas menores, conhecido como “simples”. Na contramão dos demais países, poucas empresas no Brasil apuram os impostos sobre a renda a recolher com base nos registros contábeis. Fora do Brasil, a auditoria é obrigatória para empresas na maioria dos países, e, com algumas exceções, para micro e pequenas empresas.

Benefícios a serem obtidos: abolição da opção do lucro “presumido”, que é uma invenção brasileira recente instituída em 1995, e a adoção do regime simplificado pelas pequenas empresas, excluindo as microempresas, sempre acompanhado de prestação de contas compreensíveis por meio da contabilidade, como é feito nos demais países, aumentará a retidão e transparência no Brasil. Retidão e transparência se obtêm por meio de prestação de contas claras, que é propiciada com a seriedade da contabilidade, e atestada pela auditoria independente, como é feito na maioria dos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Nesses países a auditoria independente é obrigatória nas empresas, incluindo, pelo menos, as médias e grandes empresas. Merece menção a Lei n.º 11.638/07, que obriga partir de 2008 as empresas de grande porte no Brasil a serem auditadas por auditores independentes qualificados.

Distanciamento dos auditores independentes em relação aos analistas de mercado e vice-versa. Os analistas fazem suas análises e emitem suas recomendações principalmente com base nos *press releases* das companhias e nas informações prestadas pelos departamentos de Relações com Investidores (RIs). A maioria dos auditores e os conselheiros independentes não tomam conhecimento do conteúdo dos *press releases*, informações anuais (IANs)

etc. Da mesma forma, os analistas não tomam conhecimento apropriado das informações contábeis, fornecidas via informações trimestrais (ITRs), e das demonstrações contábeis anuais. Em países com bolsas de valores com grande volume de operações, os auditores e os conselheiros independentes sempre acompanham, revisam e aprovam as matérias encaminhadas para o mercado de ações. Aqui no Brasil as IANs são negligenciadas por quase todos. Para as companhias com ações negociadas nos EUA, existe um formulário equivalente às IANs, que é conhecido como 20-F. Como lá existem penalidades mais severas por erros e omissões na prestação de contas, todas essas companhias têm processos documentados de elaboração, revisão e aprovação desses documentos, antes de seu envio para o mercado.

Benefícios a serem obtidos: melhor entrosamento e entendimento entre auditores e analistas de mercado propiciarão melhores informações, mais claras e objetivas para todas as partes interessadas.

Deficiência de conselheiros qualificados independentes nos Conselhos das companhias.

Três deficiências ocorrem com frequência nos Conselhos de companhias abertas: existência de muitos conselheiros “leais” da família controladora, muitos deles sem qualificações técnicas, conselheiros nomeados pelo Governo como forma de complementação salarial para apadrinhados, e conselheiros nomeados com conflitos de interesse.

Grande parte das entradas de recursos na Bolsa de Valores vem de fundos. Por exemplo, fundos com mais de 5% das ações preferenciais podem nomear em muitos casos um profissional para o Conselho Fiscal. Podem nomear até o seu funcionário analista para exercer esta função dentro da companhia. Em vez do mesmo funcionário ficar atento à qualidade dos controles internos, qualidade e lisura da transparência das contas etc., ele continua mais interessado na obtenção de informações tipicamente solicitadas por analistas, diretamente da fonte, antes de sua divulgação para o mercado. Em mercados acionários mais maduros, conflitos desta natureza não são tolerados.

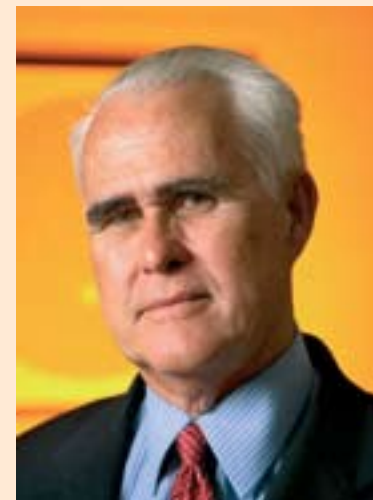
O Conselheiro nomeado pelo fundo é obrigado a reportar a sua

movimentação de ações. Esta obrigatoriedade não é extensiva ao fundo que o nomeou. Note-se que a maioria dos fundos está intimamente ligada a grandes conglomerados financeiros aumentando ainda mais o conflito de interesses e evidências de falta de independência.

Benefícios a serem obtidos: o aumento de conselheiros qualificados e a redução de conselheiros com conflitos de interesses trará mais solidez e confiança para o mercado acionário. Seria salutar que as iniciativas de melhorias partissem das entidades ligadas ao mercado de capitais, em vez de aguardar, como sempre, que nosso “xerife” CVM promova a regulamentação apropriada.

No final de 2007, a aprovação da Lei n.º 11.638, que altera dispositivos da Lei n.º 6.404/76 sobre matéria contábil, trouxe ânimo de melhorias significativas de prestação de contas por meio da adoção das normas contábeis emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, que hoje é considerado como a referência internacional dos padrões de contabilidade.

Relembrando, ativos e direitos de mais de R\$2,4 trilhões geram obrigações e responsabilidades correspondentes. As entidades ligadas ao mercado de capitais precisam ampliar e acelerar o seu envolvimento nas melhorias de prestação de contas, no acompanhamento, na governança corporativa e na adoção das melhores práticas mundiais. Estaremos, assim, “fazendo a diferença”, movimentando-nos mais na direção certa.



Charles B. Holland é contador e conselheiro de companhias abertas, atuando em diversas entidades ligadas ao mercado de capitais e de contabilidade.

Realizado o 1º Seminário Regional das NBCs Aplicadas ao Setor Público

Mais de duzentos contabilistas da área pública, oriundos de nove estados e do Distrito Federal, participaram, nos dias 7 e 8 de abril, na sede do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), do Seminário Regional das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. A abertura do evento foi feita pela conselheira Verônica Souto Maior, representando a presidente do CFC, Maria Clara Cavalcante Bugarim. Também falaram aos presentes o presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal (CRCDF), Gerardo Antonio de Paiva Gama, e o coordenador-geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Paulo Henrique Feijó.

Coordenadora do Grupo Assessor das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) Aplicadas ao Setor Público – instituído pelo CFC –, Verônica Souto Maior ressaltou que esse Seminário representa um marco, pois dá início a mais uma etapa do Projeto Estratégico Voltado à Contabilidade Pública Brasileira. Esse evento é o primeiro da série, constituída por cinco seminários regionais e um nacional (veja calendário ao final do texto). O projeto está sendo desenvolvido, desde meados de 2007, pelo Conselho Federal de Contabilidade em parceria com a Secretaria do Tesouro Nacional, órgão do Ministério da Fazenda.

“O plano de ação previsto nesse grande projeto de modernização e

atualização da contabilidade pública brasileira já tem algumas de suas etapas materializadas, como a conclusão das dez primeiras minutas das NBCs Aplicadas ao Setor Público e a submissão delas à audiência pública”, afirmou a coordenadora do grupo. A audiência pública ocorreu de 5 de novembro de 2007 ao dia 24 de março passado.

Conforme ressaltou Verônica Souto Maior, esse Seminário significa o início do processo de discussão, de forma democrática e participativa, das premissas utilizadas e da metodologia adotada pelo CFC na construção das normas, “visando ao diálogo e ao debate com os profissionais interessados e atuantes no setor público”. A conselheira afirmou também que a elaboração e a disseminação das NBCs Aplicadas ao Setor Público compõem, na verdade, o primeiro passo do grande projeto estratégico que está sendo implementado pelo CFC, que é o de inserir o Brasil e a contabilidade pública brasileira no processo de convergência às normas e práticas internacionais.

O coordenador-geral de Contabilidade da STN, Paulo Henrique Feijó, destacou que o trabalho que tem sido feito pelo Grupo Assessor das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) Aplicadas ao Setor Público representa um alinhamento de forças em torno da contabilidade pública nunca antes visto no País. “Temos que quebrar paradigmas e estar com a mente abert

ta para, nesse momento, resgatar a ciência e a essência da contabilidade”, afirmou, acrescentando que será necessário haver uma mudança cultural na área. Para Feijó, com a participação da classe, dos profissionais que atuam no setor público, o modelo que está sendo proposto irá proporcionar maior controle e transparência à contabilidade governamental.

O Seminário

Após a abertura, os contadores públicos presentes, vindos do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Maranhão, Piauí e do Distrito Federal, assistiram às palestras técnicas proferidas pelos professores Lino Martins da Silva – “Contabilidade Pública: Ênfase no Patrimônio X Questão de Legalidade”; José Francisco Ribeiro Filho – “Cenários Social e Profissional para as NBCs Aplicadas ao Setor Público”; e Verônica Souto Maior – “O Processo de Constituição e Disseminação das NBCs Aplicadas ao Setor Público”.

Em seguida, houve a reunião dos participantes em três oficinas, com o



Lino Martins da Silva, Gerardo de Paiva Gama, Verônica Souto Maior, Paulo Henrique Feijó e José Francisco Ribeiro Filho, na abertura do evento

Divulgação

objetivo de proporcionar aos participantes uma visão específica de cada norma. Ao final dos dois dias do Seminário, todos os participantes terão passado pelas três oficinas, obtendo uma visão detalhada do conjunto das normas que compõem a NBC T 16 (Aplicadas ao Setor Público).

Grupo Assessor

O Grupo Assessor das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) Aplicadas ao Setor Público é composto pelos seguintes membros: Verônica Souto Maior (coordenadora), Diana Vaz Lima, Domingos Poubel de Castro, Inaldo da Paixão Santos Araújo, João Eudes Bezerra Filho, Joaquim Osório Liberalquino Ferreira, José Francisco Ribeiro Filho, Lino Martins da Silva, Luiz Mário Vieira, Paulo Henrique Feijó e Sandra Maria de Carvalho Campos.

Calendário dos Seminários

Os próximos eventos estão distribuídos conforme o seguinte calendário:

	SEMINÁRIO 02	SEMINÁRIO 03	SEMINÁRIO 04	SEMINÁRIO 05	SEMINÁRIO NACIONAL*
Mês de realização	Maio/2008	Junho/2008	Julho/2008	Agosto/2008	Outubro/2008
Região	Região 2 MG/ES/RJ	Região 3 AL/BA/CE/PB/PE/ RN/SE	Região 4 RS/PR/SC	Região 5 SP/MS/MT/GO	
Data	5 e 6 de maio	2 e 3 de junho	7 e 8 de julho	4 e 5 de agosto	15 a 17 de outubro
Cidade/UF	Rio de Janeiro/RJ	Fortaleza/CE	Florianópolis/SC	São Paulo/SP	Belo Horizonte/MG
Local	A definir	A definir	A definir	A definir	Ouro Minas Hotel

*O Seminário Nacional acontecerá dentro do II Fórum Nacional de Gestão e Contabilidade Públicas.



18º Congresso Brasileiro de Contabilidade

Faltam quatro meses para o 18º CBC

Mais de 3.000 pessoas já se inscreveram para o 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade. O evento, que pretende reunir cerca de quatro mil profissionais da classe contábil, trará um painel e três grandes palestras magnas, como segue abaixo:

Painel

Os Desafios da Convergência

Palestrantes:

Fermín Del Valle – Presidente da IFAC;

Agustín Lizardo – Presidente da AIC;

Nelson Carvalho – Presidente do Conselho Consultivo de Normas do IASB

Palestras

Inovar e Ousar na Busca do Sucesso

Palestrante: Família Schürmann

Aspectos da História Contábil Brasileira

Palestrante: Antônio Lopes de Sá

Brasil, as Oportunidades Perdidas

Palestrante: Alexandre Garcia

Trabalhos técnicos

Foram inscritos 492 trabalhos nas áreas temáticas. Para o coordenador do Comitê Científico do Congresso, Valcemiro Nossa, esse número é considerado muito bom, tendo em vista as novidades introduzidas para a 18ª edição do evento. Entre as inovações, ele destaca a inclusão do resumo expandido, que passou a ser exigido pelo Comitê. Além disso, o coordenador cita a realização de outros congressos da área contábil (como, por exemplo, o Congresso USP e o da Anpcont) como um dos

fatores que dividiram as inscrições de trabalhos.

“Em função das inovações e do nível dos trabalhos exigidos para o 18º CBC, o número de inscrições foi muito bom”, afirma Valcemiro. Os membros do Comitê Científico reuniram-se no dia 24 de abril, no CFC, para discutir a distribuição dos trabalhos aos avaliadores *Ad Hoc* e fazer uma reunião geral dos critérios de avaliação.

No 18º CBC, segundo o coordenador, deverão ser apresentados, no máximo, 113 trabalhos. “Esse número poderá até ser menor se os trabalhos não estiverem dentro do nível de qualidade exigido”, revela Valcemiro Nossa.

Os temas foram divididos em: A Contabilidade e a Governança Corporativa; Auditoria e Perícia; Contabilidade de Custos; Contabilidade Financeira; Contabilidade Gerencial; Contabilidade Governamental e do Terceiro Setor; Contabilidade Internacional; Contabilidade Tributária; Educação e Pesquisa em Contabilidade; Ética e Responsabilidade Social; e Sistema de Informações. Confira, na tabela ao lado, o número de trabalhos submetidos por estado que serão apresentados no Congresso.

Estado	Estado
ACRE	1
ALAGOAS	5
AMAZONAS	1
BAHIA	42
CEARÁ	8
DISTRITO FEDERAL	10
ESPIRITO SANTO	19
GOIÁS	6
MARANHÃO	3
MINAS GERAIS	48
MATO GROSSO DO SUL	6
MATO GROSSO	18
PARÁ	15
PARAÍBA	11
PERNAMBUCO	57
PARANÁ	30
RIO DE JANEIRO	30
RIO GRANDE DO NORTE	20
RONDÔNIA	12
RIO GRANDE DO SUL	63
SANTA CATARINA	43
SERGIPE	5
SÃO PAULO	39
TOCANTINS	2
Total:	491

Faça agora a
Sua inscrição

Acesse:

www.congressocfc.org.br

Estados fazem lançamento

O 18º CBC foi lançado, em todas as regiões do Brasil, por meio de eventos de divulgação realizados em março e início de abril. Nos encontros, a presidente do CFC, Maria Clara Cavalcante Bugarim, os membros da Comissão de Divulgação e Recepção e do Comitê Científico do Congresso se revezaram para levar aos contabilistas a importância da participação no maior evento da classe contábil brasileira. Em 2008, a 18ª edição do CBC ocorrerá de 24 a 28 de agosto, em Gramado (RS).

Os eventos de lançamento do Congresso contaram com cafés-da-manhã,



Professor Valcemiro Nossa, a presidente do CFC, Maria Clara Cavalcante Bugarim, o presidente do CRCDF, Gerardo de Paiva Gama, e a vice-presidente de Administração do CFC, Sílvia Mara Cavalcante

realizados nos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs) de dez estados representativos das regiões brasileiras: Ceará, Rio de Janeiro, Pará, Mato Grosso, Brasília, Pernambuco, Minas Gerais, Bahia, Santa Catarina e Paraná.

Presidentes e conselheiros dos CRCs, representantes de diversas entidades contábeis, de Instituições de Educação Superior (IESs), políticos e profissionais contábeis convidados prestigiaram os eventos, que contaram com a exibição de vídeos sobre Gramado, exposição da programação e das novidades do Congresso, palestras, debates e distribuição de material de divulgação.



Seja um assinante da

REVISTA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE

Acesse o site www.cfc.org.br e faça a sua assinatura on-line.

Você pode ainda ligar gratuitamente para 0800-611946, de segunda a sexta-feira, das 8 às 18 horas ou enviar um fax (51) 3226-6547.

